



Entre ouro e terra: elementos católicos e africanos na coroação do rei do Congo segundo a narrativa de John Green (1746)¹

Frederico Antonio Ferreira²

RESUMO

O artigo busca analisar os ritos e símbolos em torno do relato acerca da coroação do rei do Congo feito por missionários católicos no século XVII e compilados pelo geógrafo e cartógrafo britânico John Green no século XVIII. O ritual e os elementos de cultura material utilizados na cerimônia apresentam ao mesmo tempo elementos próprios da fé católica, abraçada pela classe dirigente congoleza no século XV e elementos de sua tradição religiosa ancestral. O artigo busca analisar também os relatos feitos por observadores europeus quanto ao rito e o modo como eles eram interpretados dentro de sua perspectiva cristã da época.

Palavras-chave: Reino do Congo. Coroação. Hibridismo.

Between gold and earth: Catholic and African elements in the coronation of the king of Congo according to the narrative of John Green (1746)

ABSTRACT

The article seeks to analyze the rites and symbols surrounding the story about the coronation of the king of Congo made by Catholic missionaries in the 17th century and compiled by the British geographer and cartographer John Green in the 18th century. The ritual and the elements of material culture used in the ceremony both present elements typical of the Catholic faith, embraced by the Congolese ruling class in the 15th century and elements of its ancestral religious tradition. The article also seeks to analyze the reports made by European observers regarding the rite and the way they were interpreted within their Christian perspective at the time.

Keywords: Kingdom of Congo. Coronation. Hybridity.

¹ Artigo deriva da Dissertação de Mestrado do autor FERREIRA, Frederico Antonio. **O Imperador e o Príncipe:** a participação do governo imperial brasileiro na questão da crise dinástica no Reino do Congo. (1857 – 1860). 259 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.

² Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada – PPGHC/UFRJ. Doutor em História pelo PPHR/UFRRJ, mestre em História também pelo PPHR/UFRRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9004489267639618>. Contato: arquivistafred@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Ao se falar em Império Colonial Português é recorrente pensar na própria história colonial brasileira e suas múltiplas e variadas vinculações com as demais partes deste império. Contudo, apesar da posição de centralidade que a América Portuguesa ocupou, principalmente no início do século XIX, cada uma das demais possessões portuguesas possuíam dinâmicas e características próprias, e que em muitos dos casos, tiveram trajetórias distintas daquelas vivenciadas pelo Brasil.

Um dos casos mais emblemáticos desta diferença é o da relação entre alguns povos da África Centro-Occidental e o estado colonial português. De forma mais específica, entre os membros da etnia Baongo, que formavam o chamado Reino do Congo e os sucessivos governos lusitanos entre os séculos XVI a XIX. Estas relações ao mesmo tempo que garantiram a manutenção dos grupos dirigentes que governavam o Reino do Congo, o inseriram de maneira intensa dentro da dinâmica do tráfico transatlântico de pessoas para o trabalho escravo em outras partes do império (BROADHEAD, 1979). Mantidos como um Estado vassalo à Portugal entre os séculos XV e XVIII, grande parte do Reino do Congo foi formalmente incorporado ao império português com a Conferência de Berlim (1884-1885) e passou a fazer parte da província de Angola (PINTO, 1972).

Este lento e gradual processo de sabotagem do Estado congolês enquanto nação independente passou por diferentes etapas e continha distintos níveis de atuação. Segundo Burbank & Cooper (2019) a construção de um império é um processo de arranjo de variadas expressões de poder e de controle. Um dos aspectos mais emblemáticos de todo este processo é aquele que envolve aspectos relacionados as expressões culturais e simbólicas.

Este artigo busca analisar a descrição dos rituais de coroação do rei do Congo feitas pelas narrativas registradas pelo geógrafo e cartógrafo britânico John Green em sua obra “*A New general collection of Voyages and Travels (...)*” publicado pela tipografia de Thomas Astley em Londres no ano de 1746. Por meio dos elementos levantados pelo autor, buscaremos analisar, de forma crítica, as interações existentes entre elementos da cultura congo-angola com aqueles introduzidos pelos portugueses na África Centro Occidental entre os séculos XV-XVIII e as diferentes formas de interação manifestas no caso específico do rito de coroação do rei do congo.

O rito descrito por Green é entendido neste artigo como um ponto de junção de vários elementos de matrizes culturais distintas. Considerando a cultura sob uma perspectiva não



essencialista, mais intrinsecamente híbrida e heterogênea (BHABA, 1998), há uma relação de choque entre elas, surgindo assim transformações e mudanças derivadas deste conflito. Estas expressam uma tradução cultural na qual os sujeitos encontram meios de se adaptarem às novas matrizes culturais distintas das de sua origem. Assim, acaba por ocorrer um processo de negociação entre novas e antigas matrizes culturais. Uma cultura que não é plenamente assimilada e nem se perde integralmente. Torna-se um diálogo e uma negociação contínua (HALL, 2003). Assim, os ritos católicos de sagração do régulo africano descritos por Green, expressam este choque entre elementos das velhas e nova práticas religiosas implantadas pela presença portuguesa na África Centro-Occidental.

O chamado Reino do Congo se tornou conhecido na Europa após o início do contato com os portugueses no século XV. Em meio as chamadas “Grandes Navegações” a expedição chefiada por Diogo Cão, em 1482, chegou a foz do rio Congo e estabeleceu contato com a população local. Diante do aparente grau de organização e hierarquia existentes percebidos pelos navegantes portugueses, logo intitularam a região de Reino do Congo (PINTO & CARREIRA, 1979). Apesar disso, suas origens remontavam ao século XI d.C. (VANSINA, 2010a). Originalmente, eles eram formados por diferentes grupos bantos falantes da língua San que ocupava áreas atualmente pertencentes a Namíbia, Botsuana e Angola e também outros grupos bantos, vindos do norte e falantes do idioma Koi (BATISÍKAMA, 2011).

Situado na África Central, sua população pertencia ao grande tronco Banto e era composto pela etnia Quicongo e tinha como idioma o Bacongo (LOPES, 2011). O reino, a época da chegada dos portugueses, tinha seus limites no rio Zaire ao sul, a oeste o Atlântico e ao sul o rio Kwanza. A leste seu território adentrava áreas do atual território de Angola e da República Democrática do Congo (VANSINA, 2010b). No entanto, os limites deste território nem sempre eram claros e o grau de controle do poder político pelo soberano nem sempre efetivo (BROADHEAD, 1979).

Acerca desta realidade diversos autores brasileiros e estrangeiros se dedicaram ao tema sob diferentes perspectivas. Para o período entre os séculos XV a XVIII, merece destaque as obras como a de Jan Vansina (2010a & 2010b), Linda Heywood (2009), Elikia M’Bokolo (2008), John Thornton (1983; 1993; 1998a, 1998b, 1998c), assim como Charles Ralf Boxer (1998). Em língua portuguesa, por sua vez, os trabalhos, Ilídio do Amaral (1997), Patrício Cipriano Batisíkama (2011), Alencastro (2000) e Ferreira (2018a, 2018b). O traço comum a



todas estas obras é interação – em maior ou menor grau – entre as realidades internas do Reino do Congo e suas interações com o mundo atlântico em rápida transformação neste período.

Dentro desta perspectiva Atlântica, é importante salientar que a região da África Centro-Ocidental foi uma área de intensa atividade de captura e expatriação de pessoas para o trabalho compulsório na América. A estimativa exata da presença de centro africanos, especialmente de nativos baongo, na colonização da América é ainda uma tarefa a ser feita, contudo, alguns dados já conhecidos podem dar uma noção dessa importância (HEYWOOD, 2009; THORNTON, 1993).

No caso brasileiro, conforme os índices expostos por Florentino (1997), a partir de 1816, a África Central seria o principal ponto de origem da maior parte das mulheres e homens trazidos como escravos para o mercado do Rio de Janeiro. O que superava os índices de pessoas trazidas da África Ocidental, ponto tradicional de embarque de expatriados para o trabalho forçado (FLORENTINO, 1997). Alguns dados já conhecidos podem dar uma noção dessa importância conforme proposto por obras como as de Heywood (2009) e Thornton (1993).

Para além deste triste estado de coisas, é importante também salientar a influência social e cultural que os baongos imprimiram na cultura e na história nacionais. Das lendas do “Chico Rei” nas Minas Gerais do século XVIII (SILVA, 2007), a Revolta de Manoel Congo em Vassouras no Rio de Janeiro do século XIX (SLENES, 1995), passando pelos Maracatus e Congadas em diferentes pontos do Brasil, a história destas margens do Atlântico, aparentemente opostas, em muitos pontos se cruzam.

Analisando a narrativa acerca da coroação do rei do Congo, expressa na obra do britânico John Green nos coloca diante destas diferentes margens de “rio chamado atlântico” (COSTA E SILVA, 2003). Uma obra publicada na Inglaterra do século XVIII com narrativas registradas por missionários italianos do século XVI sobre povos da África Centro Ocidental vinculados, ainda que precariamente, ao império colonial português. Tudo isso nos permite ter um breve vislumbre desta complexa interação entre ritos, símbolos, valores, significações e ressignificações que ideias e crenças ganharam neste ponto do Atlântico em meio a uma das maiores tragédias da história da humanidade que foi a escravidão.

2 O RELATO DA COROAÇÃO

A obra, do viajante britânico John Grenn (1688-1757) possui várias partes as quais o autor chama de *Livros*. No *Livro III* intitulado “*Viagens e percursos para Congo e Angola com*



*a descrição daquelas terras e seus habitantes*³ a descrição da cerimônia de coroação do rei dos congoleses. Se valendo da descrição do missionário capuchinho Denis de Carlo de Piacenza⁴ que percorreu a região entre 1666 e 1667, o autor britânico relata detalhadamente a cerimônia de entronização do rei africano.

Após discorrer sobre as riquezas e potencialidades do Reino do Congo e seu conflituoso processo sucessório, frei Piacenza descreve a cerimônia de coroação do rei congolês. Na área externa do palácio construía-se um tablado elevado, recoberto por um tapete ricamente adornado, onde eram colocados uma cadeira com veludo vermelho e o manto real. À frente eram cuidadosamente postos almofadas que traziam uma bula papal e documentos de autorizações vindas de Portugal assim como três grossos braceletes de ouro e a coroa real feita de ouro e prata (GREEN, 1746, p. 259).

Reunia-se ao redor deste tablado uma multidão de nobres congoleses, religiosos, portugueses e a população. A cerimônia se inicia com uma proclamação solene feita por um dos príncipes do reino:

Tu, que será rei, não seja ladrão, nem ganancioso e nem vingativo; mas seja amigo dos pobres: Você deve dar esmolas pelo resgate de prisioneiros ou escravos, ajudar os necessitados e ser caridoso com a Igreja: você deve sempre se esforçar para manter este reino em Paz e Tranquilidade; e observa inviolável a aliança com o teu irmão, o rei de Portugal (GREEN, 1746, p. 259) (Tradução do autor)⁵.

A alocução ao mesmo tempo que reitera os valores e virtudes que deveriam acompanhar a um rei cristão – como o desprendimento, generosidade, boa-vontade para com os pobres e necessitados – postula também a fidelidade a Igreja Católica e curiosamente a manutenção dos vínculos com um reino estrangeiro, no caso por meio do rei de Portugal. Elementos religiosos e políticos se juntam de forma a exprimir a ideia de que o reino congolês tinha na nova fé e na aliança com os portugueses seus pilares.

³ Título original em inglês: “Voyages and travels to Kongo and Angola with a description of those countries and their inhabitants”

⁴ Apesar de Green chamar o autor de “Denis”, a obra citada é de Dionígio Carli de Piacenza. Nela são relatadas as experiências dos missionários chefiados por Michelangelo de Guattini. CARLI, Dionigi. Viaggio de P. Michael Angelo de Guattini da Reggio et del P. Dioniggi de Carli da Piacenza. Capuccini, Predicatori e Missionarii Apostolloci nel Regno del Congo (...). Tipografia de Prospero Vidrotti, 1672.

⁵ Transcrição do texto original em inglês: ““Your, who shall be king, be no thief, neither covetous nor revengeful; but be a friend to the poor: You shall bestow alms for the ransom of prisoners or slaves, help the needy, and be charitable to the church: you shall Always endeavour to keep this kingdom in Peace and quietness; and inviolably observe the League with your brother the king of Portugal” GREEN, 1746, p. 259). Com atualização da grafia de modo a permitir a compreensão do texto.



Esta vinculação ao rei de Portugal expressava-se tanto neste discurso que iniciava a cerimônia de coroação quanto na colocação em lugar de destaque diante do trono das cartas de autorização enviadas pelo governo português. Isto pode ser entendida como uma manifestação cultural híbrida que ao mesmo tempo juntava elementos católicos presentes na cerimônia de homenagem que marcava o juramento de vassalagem com as práticas próprias do fundamento africano (CARVALHO, 2013).

Por meio destas cartas as autoridades coloniais portuguesas sediadas em Luanda, faziam valer sua autoridade sobre os povos de outras partes da África Centro-Ocidental. Por meio da prática europeia da vassalagem instituíam-se de alianças defensivas e ofensivas com reinos africanos. Tal princípio se confundia com o instituto do Undamento, uma prática local onde um líder recém-empossado era legitimado pelo grupo através de sua apresentação e a ratificação de seu poder pelos demais líderes do grupo (PARREIRA, 1990). A medida em que o poderio colonial português crescia na África Centro-Ocidental esta prática se tornava cada vez mais recorrente. A cada novo líder local que ascendia ao comando, estes ratificavam seus votos de vassalagem ao rei português, representado pelo governador-geral de Luanda, reforçando assim o domínio português sobre estes (CARVALHO, 2013).

Ao término da proclamação, entoava-se um cântico enquanto dois dos nobres mais importantes do reino ladeavam o *Manicongo*⁶ conduzindo-o pelo braço até ao trono e adornando-o com os braceletes, o manto de veludo e colocando sobre sua cabeça a coroa (GREEN, 1746, p. 259). Esta participação dos nobres congolezes servia ao mesmo tempo para reforçar os vínculos entre estas elites dirigentes e o novo monarca e demonstrar o quanto este último dependia destes chefes locais para fazer garantir seu poder e autoridade.

Após o estabelecimento dos portugueses nas costas da África Centro-Ocidental e com a intensificação do tráfico humano para o trabalho escravo na América, essa nobreza viu seu poder ser ampliado. O controle sobre milícias armadas assim como o mando em rotas comerciais que ligavam ao interior do continente por meio de pedágios, conferiam-lhes o monopólio das exportações de produtos assim como do tráfico humano. Se não fosse o suficiente, ainda eram os responsáveis pelo sustento dos padres católicos e das igrejas e santuários em seus territórios (HERLIN, 2004). Sua participação na cerimônia de coroação, mais que uma formalidade, representava a manifestação de seu poder e influência política e religiosa.

⁶ Título dado ao rei congolês (Thorton, 1998)



Devidamente vestido com seu manto e seus braceletes e já instalado em seu trono, os padres paramentados solenemente com túnicas brancas se aproximavam, trazendo consigo um leccionário e o Evangeliário sobre os quais o novo rei prestava seu juramento (GREEN, 1746, p. 259). Se a nobreza local investia o novo soberano com seu manto e sua coroa, a Igreja Católica europeia dava fé pública ao seu juramento.

O juramento régio era feito se utilizando-se de um missal e um Livro dos Evangelho (*“mass book and the Evangelists”*, GREEN, 1746, p. 259). O Livro de Missa, ou Missal, é o livro usado nas celebrações eucarísticas de rito católico romano contendo as orações à serem feitas pelos clérigos. O Evangeliário, por sua vez, é um livro utilizado durante as missas católicas onde estão as leituras bíblicas proclamadas para os domingos e festas do ano litúrgico, também é conhecido como lecionário, ele geralmente possui uma capa adornada e é carregado solenemente em ocasiões especiais (HERBERMANN, 2014). Este juramento feito sobre o Livro dos Evangelhos remetia ao juramento feito pelo rei de Portugal quando de sua aclamação (SERRÃO, 1986).

Ao final da cerimônia o rei desce do tablado e segue acompanhado de doze nobres e os demais convidados para o palácio real. No percurso a população que acompanhou o rito lança terra sobre o rei e seus convidados. Tal fato ao mesmo tempo que é apresentado como um sinal de alegria e festa popular, recebeu por parte de Green um tom que remete a perspectiva da humildade cristã (GREEN, 1746, p. 259).

Terminada esta Solenidade, os doze nobres e o Rei vão ao palácio, acompanhados com todos presentes na Coroação; que lançou Terra e Areia sobre ele, por um Sinal de Alegria e por Advertência de que embora ele agora seja Rei, ele se tornará Pó e Cinzas (GREEN, 1746, p. 259) (Tradução do autor)⁷.

As manifestações de festa e contentamento por parte das populações congolezas sempre causaram impressão aos narradores europeus. Em uma obra do século XIX, o funcionário colonial português Alfredo de Sarmiento comentava sobre a recepção das forças militares portuguesas em Mbanza Congo/São Salvador. Segundo a narrativa de Alfredo de Sarmiento, ao serem introduzidos na cidade foram recepcionados por uma grande multidão, naquilo que ele chamava de “algazarra infernal” (SARMENTO, 1886, p. 54).

⁷ Transcrição do texto original em inglês: “This Solemnity ended, the twelve noblemen and the King go to the palace, accompanied with all presente at the Coronation; who cast Earth and Sand upon him, for a Token of Rejoicing, and for Admonition, that though he be now King, he shall become Dust and Ashes (GREEN, 1746, p. 259). Com atualização da grafia de modo a permitir a compreensão do texto.



Annunciou-se esta por um grande alarido, e por uma multidão enorme de pretos que se dirigiam para a nossa residência, saltando, gritando, gesticulando e disparando tiros, sinal de verdadeiro regosijo entre todos os povos dos sertões. Era uma algazarra infernal, a que mal resistiram os nossos ouvidos e as nossas cabeças, já bastante enfraquecidos pela privação do somno” (SARMENTO, 1886, p. 54).

Este relato do funcional da administração colonial lusitana, coletados quando da expedição enviada pelo Governo-Geral de Luanda à capital congoleza no ano de 1856, apesar da alta carga de preconceito e do reforço da representação dos locais dentro dos paradigmas relacionados a oposição entre civilização e barbárie, figuram entre os registros mais significativos acerca dos usos e costumes em Angola e no Reino do Congo por volta da metade do Oitocentos. Para ele, as manifestações efusivas dos congolezes eram entendidas como demonstrações populares e festivas, ainda que inusuais para os padrões europeus. Tal perspectiva, contrasta consideravelmente com aquela expressada pelo autor britânico do século XVIII, que as compreende pela perspectiva da humildade cristã e mesmo de certo pessimismo.

Tal perspectiva está intrinsecamente relacionada a realidade a qual Green está envolvido e no horizonte de possibilidades do público para o qual ele escreve sua obra. Em uma Inglaterra com forte presença das Igrejas Reformadas, seja a Igreja Anglicana seja as chamadas Igrejas Dissidentes: Batistas, Anabatistas, Quakers e Presbiterianos (SOARES, 2001), uma coroação em ritos católicos e com manifestações populares efusivas causava estranhamento. Antes de buscar compreender o contexto e o local em que o texto original foi produzido, ele o analisa como um sinal de exortação cristão aquele que fora elevado à realeza.

Nos dias que seguiam a coroação o novo rei permanecia em seu palácio. Este período era especialmente dedicado a recepção de dignitários do reino, comerciantes estrangeiros, autoridades militares assim como clérigos. Os estrangeiros, prostrados, o saudavam desejando vida longa. A população local o homenageia com palmas e lhe beijam a mão. Terminado esse período, o rei se dirigia ao mercado da cidade e discursava declarando solenemente que tudo faria para o bem-estar do reino e para a propagação da Fé Católica⁸ (GREEN, 1746, p. 260). Este era o último rito oficial em torno da elevação de um novo rei e sua realização no mercado da capital dos congolezes demonstra a força política e a significação social que tal local representava.

⁸ Transcrição do texto original em inglês: “The eight days being past, the King appears in the Market, and makes a Speech to the People, declaring his Resolution to perform what was propounded to him; and assuring them, that ahe will study nothing more than the Welfare o his Kingdoms, and the Propagation of the Romish Faith” (GREEN, 1746, p. 259). Com atualização da grafia de modo a permitir a compreensão do texto.



A cidade de Mbanza Congo, que passou a se chamar São Salvador após a conversão de parte das classes dirigentes congoleesas ao catolicismo, já era um centro comercial quando da chegada dos portugueses recebendo mercadorias de diferentes localidades da África Centro-Ocidental. Havia rotas comerciais que a conectavam a região de Luanda, donde vinham conchas *Nzumbu* (*Olivancillarianna*) que seriam usadas como meio circulante; a foz do Zaire donde chegava o sal marinho e outros produtos como peixes, cerâmicas e cestaria; do lago Malebo no interior de onde provinham a rafia; outras rotas serviam ao transporte de cobre e chumbo obtidos ao norte das cataratas do grande rio e finalmente outra rota trazia artigos da Matamba a mais rica dos sobados⁹ congoleeses (VANSINA, 2010a).

Dentre todas as atividades comerciais existentes na região, o comércio de almas foi aquele que mais obteve crescimento após a chegada dos portugueses e que mais determinadamente definiu o destino político do reino nos séculos seguintes. O crescimento das cidades, da riqueza e poder das classes dominantes, assim como de sua riqueza material estava diretamente relacionada ao tráfico humano, concentrados em cidades como Mbanza Congo/São Salvador (VAINFAS; SOUZA, 2014). Desta forma, terminar os rituais de sagração com um discurso que buscasse agradar aos traficantes de escravos e demais negociantes servia como uma expressão do compromisso novo mandatário com sua causa e os colocava como fiadores do novo reinado.

Importante reforçarmos mais uma vez que tais descrições, antes de serem retratos fidedignos da realidade do Reino do Congo no século XVII são frutos das escolhas editoriais e comerciais dos envolvidos pela elaboração e publicação da obra. Por mais que se baseassem nos registros dos missionários capuchinhos Dionégio Piacenza e Miguel Ângelo de Gattina, os britânicos Green e Astley imprimiram na obra pontos de vista e realces próprios de seu tempo e adequados à realidade de seu público consumidor.

3 THOMAS GREEN, SUA OBRA E SEU TEMPO

O livro “*A News general collection of voyages and travels (...)*”¹⁰ é uma obra de quatro volumes publicadas pela tipografia de Thomas Astley, em Londres entre os anos de 1745 a

⁹ Sobado: Área geográfica que está sob a jurisdição de um soba (LOPES, 2011b, p. 645)

¹⁰ O nome completo da obra é: *A new general collection of voyages and travels: consisting of the most esteemed relations, which have been hitherto published in any language; comprehending everything remarkable in its kind, in Europe, Asia, Africa, and America* (Uma nova coleção geral de viagens e trajetos: consistindo nas relações mais estimadas, que foram publicadas até agora em qualquer idioma; compreendendo tudo que é notável em sua espécie, na Europa, Ásia, África e América. Tradução do autor.



1747. O primeiro deles se dedicava a apresentar as viagens dos exploradores portugueses às Índias Orientais, assim como as jornadas dos ingleses as costas da África e no sul da Ásia entre os séculos XV a XVII. O segundo volume se voltava a representar a costa ocidental da África entre os séculos XVII e XVIII. O terceiro volume compreendia as viagens às costas atlânticas da África e a Ásia, mais especificamente a China, entre os séculos XVI e XVIII. O quarto e último volume seguida descrevendo a China e apresentava Coreia, da Sibéria oriental e o Tibete nos séculos XII a XVII.

A coleção foi uma antologia organizada por John Green (1688-1757) e era composta por narrativas de viagem que em grande parte se dedica a representar relatos de viajantes vinculados à Portugal ou a Grã-Bretanha. Ricamente ilustrada, ela continha mapas atualizados, plantas de construções importantes em diferentes localidades assim como gravuras contendo paisagens naturais e registros dos usos e costumes das populações dos lugares representados. Apesar da grandiosidade dos esforços empreendidos por Green em fazer demonstrar regiões tão distintas do globo, a coleção se se popularizou como sendo da autoria de Thomas Astley (? – 1759), na verdade ele foi apenas o tipógrafo.

Esta dúvida quanto a autoria pode ser atribuída ao fato de que não aparece na folha de rosto da obra o nome de seu autor, apenas do responsável pela impressão. Tal fato, serve para expressar o pouco que se sabe sobre Green, que não costumava assinar suas obras o que fez com que muitas delas fossem atribuídas a outros autores e tipógrafos. A coleção “*A News general collection of voyages and travels (...)*”, só teve sua autoria confirmada já no século XIX (CRONE, 1951).

Todo este mistério quanto a John Green reflete sua trajetória conturbada e seus percalços, no entanto estas não foram capazes de fazer desaparecer por completo a quantidade de seus trabalhos e sua qualidade técnica. O pouco que se sabe sobre o autor é que ele era irlandês, nascido provavelmente em 1688 em uma família de posses. Seu irmão chegou a se tornar prefeito de Dublin no século 1757. Por problemas com a justiça inglesa, ele adotou diferentes pseudônimos durante sua carreira. Há indícios de que tenha usando o sobrenome Rogers, Mead e por fim o nome pelo qual ele ficou conhecido John Green. Atuou como ilustrador, gravador, pintor mas conseguiu notoriedade como geógrafo e cartógrafo na corte de Jorge II (CRONE, 1951).

John Green iniciou suas atividades na capital inglesa por volta de 1717 desenvolvendo trabalhos grandes nomes da geografia na época. Trabalhou para o erudito Edward Chambers na



construção da *Cyclopaediae*, também conhecido como Dicionário Universal de Artes e Ciências publicado em 1728, assim como também trabalhou para Thomas Jeffreys traduzindo, compilando e organizando relatos de viagem. Deste período surge a organização de “*A News general collection of voyages and travels*” (...). Além de simplesmente copiar *ipsis literis* os textos originais aos quais tinha acesso, ele corrigia dados e informações acerca de localizações, latitudes e longitudes e agregava maior valor às obras atualizando parte das informações, que em muitos casos eram de séculos anteriores (CRONE, 1951). Por outro lado, criava a ocasião propícia para inserir suas posições e pontos de vistas.

Todo este esforço no sentido de traduzir, transcrever e divulgar obras relativas a viagens e expedições a lugares distantes do mundo estão intrinsecamente ligados ao ambiente inglês da metade do século XVIII. A cartografia, era chamada à época de ciência dos príncipes, seus especialistas e pesquisadores faziam parte do ambiente intelectual britânico em pé de igualdade com filósofos naturalistas e literatos. Livros e mapas eram produtos tidos como sendo de luxo, adquiridos pela alta nobreza, membros do clero anglicano e pela tradicional aristocracia inglesa. Neste contexto, tipógrafos especializados em obras geográficas notabilizaram-se pela edição de livros de viagem sobre lugares distantes do globo (WATSON, 1947). A tipografia de Thomas Astley, por exemplo, notabilizou-se por fazer publicar obras de viajantes e exploradores como John Atkins, John Barbot, Willem Bosman e Theodor de Bry. Todo esse esforço pode ser entendido pela pretensão de ampliar o mercado de livros de viagem em língua inglesa (CRONE, 1949).

Para além da descrição das narrativas dos missionários católicos na África Centro-Ocidental do século XVII, os comentários e as perspectivas adotadas por John Green no século XVIII, não são retratos imparciais da realidade. Eles apresentavam posições políticas e expressavam relações de poder. Eles correspondem a um conjunto de escolhas culturais, formas de entender o mundo, pontos de vista e esforços criativos de seus autores, além do nível de conhecimento científico, tecnológico e das convenções cartográficas de cada período (BUENO, 2004). As formas de apresentar o Reino do Congo e suas interações com os portugueses são escolhas que buscam dar a conhecer a sociedade inglesa e ao governo de Londres uma ideia mais clara acerca das riquezas e possibilidades que as ricas terras em torno da foz do Zaire poderia oferecer.



4 MISSIONÁRIOS E GANGAS NO CONGO

Um dos elementos mais marcantes da descrição compilada por Green e que talvez mais causasse impacto na sociedade inglesa do período seja a interação entre o catolicismo romano, formalmente expulso da Inglaterra, com os usos e costumes próprios da África Centro-Ocidental. Não obstante, muito antes de Henrique VIII separar a Igreja da Inglaterra de Roma o rei congolês fizera-se batizar no rito católico. A adesão de parcelas importantes da população congolês à nova crença trazidas pelos navegadores portugueses, ao mesmo tempo que acenou ao país africano com a possibilidade de figurar dentre as demais potências cristãs europeias (AMARAL, 1997), vinculou-o a dinâmica de um mundo atlântico em formação (ALENCASTRO, 2000).

Os contatos entre congolezes e portugueses se iniciaram com a expedição de Diogo Cão em 1486. No ano seguinte novas levadas de militares, representantes diplomáticos e missionários desembarcaram na região. Nzinga Nikuyu, o líder dos congolezes, deixa-se batizar e adota o nome cristão de “João”, assim como o rei português. Outros membros da classe dominante também aderiram ao catolicismo (LOPES, 2011). Desta aproximação, forças militares portuguesas – dispostas de armamento tecnicamente superior – passaram a atuar ao lado do exercício de Nzinga Nikuyu contra rebeliões no interior, fortalecendo o poder real. Intensificam-se os contatos comerciais e diplomáticos e foi criado até mesmo um bispado em Mbanza Congo/São Salvador. O rei africano consegue que seu filho fosse nomeado bispo pelo papa Leão X (1475-1521), porém ele assumiu apenas honorificamente e os preladados seguintes passaram a ser nomeados a partir pelo rei de Portugal (CHANTAL, 2005).

Este processo de assimilação de aspectos culturais por parte dos congolezes estava inserido num contexto mais amplo de expansão da zona de influência do então Reino do Congo. A aquisição de habilidades e conhecimentos capacitou os congolezes a atuarem em nível próximos aos utilizados pelos europeus (PINTO & CARREIRA, 1979). Isso é verificável no processo de filtragem elaborado em relação ao catolicismo e no modo como a aquisição do capital simbólico (BOURDIEU, 1989), serviu como reforço e ressignificação do prestígio e honra dos detentores do poder de modo a identificá-los junto a sua própria população e aos portugueses ali presentes.

Tal fenômeno se faz perceber enquanto da utilização de ritos e símbolos europeus como forma de obtenção de capital simbólico na coroação do rei dos congolezes conforme descrito por Piacenza e Green. Ao mesmo tempo em que há elementos de cultura material intrinsecamente relacionados ao poder político e religioso (coroa, manto, trono, Evangeliário),



havia a exigência de que tanto clérigos quanto portugueses e demais estrangeiros prestassem homenagens e se prostrem diante do soberano africano.

Em contraponto é importante destacar que a conversão formal ao catolicismo romano não significou o abandono, automático, das antigas crenças e costumes tradicionais congolese, especialmente entre as camadas mais pobres da população. Apesar da rápida difusão da nova crença questões relacionadas a práticas culturais originárias se tornaram causa de atritos entre os missionários e os neófitos centro-africanos (REGINALDO, 2011). São exemplos deste conflito a questão monogamia a crença nas *Minkisi* (singular *Nkisi*) (MACGAFFEY, 1986) e mesmo a presença dos sacerdotes do antigo culto junto ao conselho dos reis do Congo (BROADHEAD, 1979).

Este conselho do reino era formado por nobres e sobas de diversas partes país, assessorava o rei assim como também o elegiam. Estes chefes tomavam decisões de caráter estratégico, podiam propor soluções ou alternativas, sua opinião geralmente era considerada, senão determinante. Nele havia assento tanto para os missionários católicos como os representantes do antigo culto ancestral. (BROADHEAD, 1979). Tais líderes eram chamados de *gangas*, ou *ngangas*, termo multilinguístico banto relacionado a ideia de poder, muitas das vezes sobrenaturais (LOPES, 2011b).

A atuação religiosa de missionários católicos na África Centro-Occidental, antes de ser uma “via de mão única” foi um movimento amplo e multivocal em que tanto o cristianismo na África Centro-Occidental quanto as religiosidades locais tradicionalmente estabelecidas saíram transformados (FERREIRA, 2019). Apesar da renúncia formal às crenças ancestrais, muitos de seus elementos foram incorporados nas relações comerciais entre congolese e estrangeiros. Reconhecendo o valor social que acordos e compromissos firmados se valendo de *Minkisi* muitos europeus não se furtaram a recorrer a elas. Em meados da década de 1870, a casa comercial francesa Daumas¹¹, instalada em *Boma* no estuário do Zaire, possuía uma *Nkisi* dedicada a guerra, utilizada para combater ladrões (VOS, 2012).

Apesar da manutenção de diversos elementos culturais próprios de sua religiosidade ancestral, a presença da religião cristã serviu para estabelecer elementos culturais comuns entre os invasores europeus e as populações da África. Ao mesmo tempo que permitia aos locais acesso uma série de conhecimentos e tecnologias até então inéditas – como como armas de fogo, bens manufaturados ou mesmo de luxo que reafirmavam o poder político dos líderes

¹¹ M. Daumas Berout & Cia (DIAS, 1998).



congoleses e fortaleciam militar e simbolicamente se poder – por outro introduziu o germe da divisão e preparava o caminho para uma invasão efetiva (BOAHEN, 2010).

6 NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS

Para além do realce dado por Green na existência de um rei negro, usando uma coroa de ouro e sentado em trono e da aparente contradição deste fato com o lançamento de terra e pó sobre por parte da população local, a narrativa expressa na “*A New General collection of voyages and travels (...)*”, o é um relato feito pelo autor britânico, antes de ser um registro verossímil de uma realidade presenciada é um conjunto de compilações de terceiros especialmente missionários, também europeus, cujas análises estão indelevelmente marcadas por seus conceitos prévios, crenças e interesses. Sua perspectiva não necessariamente procura compreender o fenômeno da coroação do rei do Congo dentro de seu espaço e tempo próprios, mas o interpreta dentro de uma perspectiva religiosa cristã própria da Grã-Bretanha às vésperas da Revolução Industrial. O objetivo da obra era ao mesmo ampliar a quantidade de obras de viajantes disponíveis ao público inglês e ao governo britânico como também apresentar possibilidades e oportunidades econômicas proveitosas para sua metrópole.

A obra é o registro do encontro de várias culturas. Um ponto no qual diversas matrizes culturais se fazem representar. A matriz cultural congolosa a que o autor da obra pretende fazer representar, a cultura portuguesa e seu esforço proselitista e principalmente a própria cultura de inglesa presente nas escolhas e narrativas adotadas pelos elaboradores e patrocinadores da obra. O conflito entre estas diferentes perspectivas gerou transformações e mudanças tanto para populações africanas quanto as não-africanas na África Centro-Occidental.

A adaptação e uso de ritos e símbolos próprio do catolicismo romano por parte das classes dirigentes congolosas como instrumento de arregimentação de poder político e social sem a renúncia completa às práticas e crenças próprias de sua religião ancestral demonstram um processo de negociação contínua, que não afeta apenas aos povos locais mais que se fazia sentir sobre os estrangeiros ali residentes. Desta forma criou-se um ambiente em que diferentes matrizes culturas e religiosas que conviviam e influenciavam-se mutuamente.



REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Ilídio do. “Relações externas congolezas na primeira década do século XVII, em tempos de D. Álvaro II: a Embaixada de D. Garcia Baptista e D. António Manuel”. In: *Finisterra*. N. 32. V. 63. Lisboa, 1997, p. 115-131.

ANSTEY, Roger. **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760–1810**. Londres: Humanities Press, 1975.

BATISÍKAMA, Patrício Cipriano. **O Reino do Kôngo e sua origem meridional**. Luanda: Editora Universidade, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998

BOAHEN, Albert Adu. "Tendências e processos novos na África do século XIX". In: AJAYI, J. F. Ade (Org.). **História Geral da África VI**. África do XIX à década de 1880. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 47-76.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

BOXER, C. R. **Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825**. Porto: Afrontamento, 1988.

BROADHEAD, Susan H. “Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries”. In: **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 12, Nº. 4, 1979, pp. 615- 650

BUENO, Beatriz P. S. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 2004, v. 12, n. 1, p. 193–234.

BURBANK, Jane. COOPER, Fred. **Impérios: uma nova visão universal**. São Paulo: Planeta, 2019.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII**. 217 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2013.

CHANTAL Luís da Silva. “Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos 16 a 18”. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa: FCSH/UNL, 2005.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.



CRONE, Gerald Roe. **The Hereford World Map**. Londres: Royal Geographical Society, 1948.

CRONE, G. R. John Green: **Notes on a Neglected Eighteenth Century Geographer and Cartographer**. *Imago Mundi*, v.6, 1949, p.85-91.

DIAS, Jill. "Angola" In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (Volume X): O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, 'p. 190-378.

FERREIRA, Frederico Antonio. **O imperador e o príncipe: a participação brasileira na crise dinástica no Reino do Congo (1857-1861)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018a.

FERREIRA, Frederico Antonio. **No festim dos lobos: o Império do Brasil e o colonialismo na África Centro-Occidental (1880-1885)**. 452 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018b.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WATSON, George, ed. " "Travel: Collections and Histories". **New Cambridge Bibliography of English Literature**. New Cambridge Bibliography of English Literature . Cambridge University Press 1974

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERBERMANN, Charles G. **The Catholic Encyclopedia: An International Work of Reference on the Constitution, Doctrine, Discipline, and History of the Catholic Church**. Londres: Catholic Way Publishing, 2014.

HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3. 3d. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da Diáspora africana**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Selo Negro, 2011b.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. 2. Vol. Salvador: Edufba, 2008.

MACGAFFEY, Wyatt. **Religion and society in Central Africa: the Bakongo of Lower Zaire**. Chicago: University of Chicago, 1986.

PARREIRA, Adriano. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola**. Séculos XV-XVIII. Lisboa: Editora Stampa, 1990.

PINTO, F. Latour da Veiga. **Le Portugal et le Congo au XIX^e siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.



PINTO, Françoise Latour da Veiga; CARREIRA, A. "Portuguese participation in the slave trade: opposing forces, trends of opinion within Portuguese society: effects on Portugal's socio-economic development". In: **The african slave trade from the fifteenth to the nineteenth century**. Vol. 02. UNESCO. Paris: 1979, pp. 119-147.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas** – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

SARMENTO, Alfredo. **Os sertões d'África** (apontamentos de viagem). Lisboa: Editora de Francisco Arthur da Silva, 1880.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, **História de Portugal**, vol. V, 2.^a ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

SILVA, Rubens Alves. "Chico Rei Congo do Brasil". In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org). **Imaginário, cotidiano e poder**. São Paulo: Selo Negro. 2007, p 43-86.

SLENES, Robert. "Malungu, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil". In: **Revista USP**, n. 12 (dez./jan./fev., 1991-1992). 2. ed. Cadernos do Museu de Escravatura. N.1 ano 1, Luanda, 1995.

SOARES, Luiz Carlos. **Ciência, religião e Ilustração: as academias de ensino dos dissentes racionalistas ingleses no século XVIII**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41. 2001, p. 173-200.

THORNTON, John K. **The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition 1641-1718**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.

THORNTON, John K. "The Art of War in Angola, 1575-1680. In: **Comparative Studies in Society and History**, 30 (2), 1988b.

THORNTON, John K. "I Am the Subject of the King of Congo": African Political Ideology and the Haitian Revolution". In: **Journal of World History**, 4 (2), Honolulu: University of Hawaii Press, 1993.

THORNTON, John K. **Warfare in Atlantic Africa**. Londres: University College of London Press, 1998a.

THORNTON, John K., **The kongolese Saint Anthony Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Moviment, 1648-1706**. Londres: Cambridge University Press, 1998c.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Campus/Elsivier, 2004.

THORNTON, John K. "Master or Dupe? The Reign of Pedro V of Kongo". In: **Portuguese Studies Review**. 19 (1-2), 2011, pp. 115-132.



VANSINA, Jan. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados". In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a, p. 623-654.

VANSINA, Jan. "O Reino do Congo e seus vizinhos". In: OGOT, Bethwell Allan (Org.) **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 647-694.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Marina de Mello e. "Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII". In: **Tempo**, nº 6. Niterói: Editora UFF, 1999, s/p. Disponível em:< http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf>. Acessado em: 05 jan.2014.

VOS, Jelmer. "Without the slave trade, no recruitment". From the slave trade to migrant recruitment in the Lower Congo, 1830-1890. In: LAWRENCE, Benjamin N. & ROBERTS, Richards (Eds.). **Trafficking in slavery Wake: Law and the experience of women and children**. Ohio: Ohio University Press, 2012.